

ocorreu em 1990, e somente em 2019 outras seis comunidades obtiveram esse reconhecimento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão pertencente à atual Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Este livro registra o esforço dessas comunidades pelo reconhecimento de seus legados culturais. Os capítulos que o constituem abordam principalmente os laudos antropológicos elaborados para sustentar os processos de tombamento e registro de bem imaterial. Para a confecção desses laudos, utilizou-se uma metodologia antropológica que considera aspectos históricos e culturais da formação dessas comunidades, como memória e historicidade, a inserção do terreiro na cidade, organização socioespacial associada à arquitetura sagrada dos templos e altares, práticas religiosas, estrutura dos rituais e festivais públicos, formas de acolhimento e um ensaio fotográfico.

Esperamos que esses registros históricos possam ser representativos da presença e importância do povo de axé em São Paulo e de sua luta cotidiana por existir e levar adiante o legado tradicional negro-africano. Até mesmo porque, quando o Estado reconhece um terreiro como bem cultural e tomba suas edificações e altares, ele indica oficialmente a importância desses monumentos para a cultura brasileira, mas quem continuará a “dar de comer à cumeieira” será sempre a comunidade cujo protagonismo tem sido a garantia de sua existência ao longo dos séculos de repressão. Axé!



Secretaria de Cultura e Economia Criativa



TERREIROS TOMBADOS EM SÃO PAULO

Vagner Gonçalves da Silva



## TERREIROS TOMBADOS EM SÃO PAULO

Laudos e reflexões sobre a  
patrimonialização de bens afro-brasileiros

Vagner Gonçalves da Silva

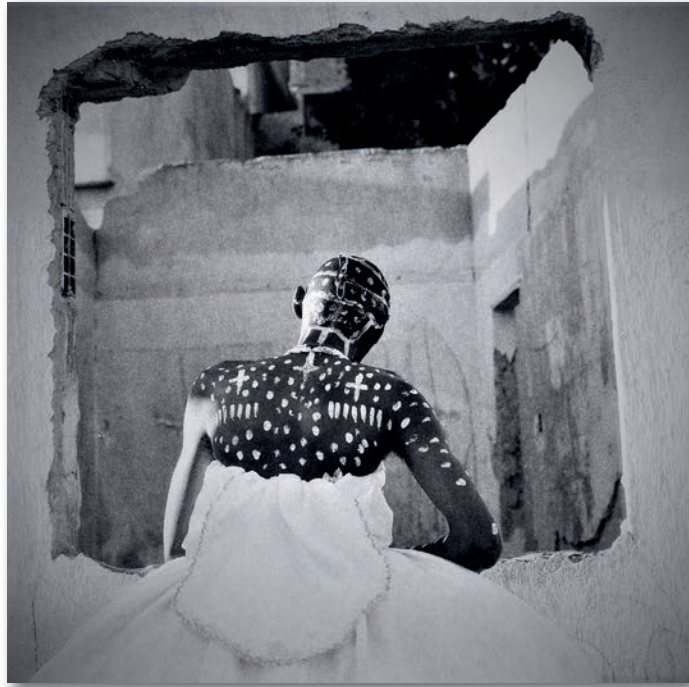
São Paulo é o estado brasileiro que possui a maior população negra do país em números absolutos. Entretanto, por conta de um certo imaginário decorrente da migração europeia, da modernização e do suposto cosmopolitismo de suas cidades, a cultura negra local não desfruta da mesma visibilidade que possui em outros estados e cidades do nordeste, por exemplo.

No território paulista, porém, essa presença negra existe e insiste. Está no samba rural e urbano, no carnaval, na capoeira, nos bailes *blacks*, na produção literária e arquitetônica, nas artes plásticas, no cotidiano dos bairros centrais e periféricos, na cultura de rua do *rap* e das batalhas de poesia, na militância dos movimentos negros, entre tantas outras formas de ser e de lutar pelo direito à vida com igualdade de oportunidades.

Entre essas presenças estão as comunidades religiosas afro-paulistas, imprescindíveis vetores de africanidades que há décadas vêm se mantendo contra os inúmeros fatores que desafiam sua reprodução no ambiente urbano: especulação imobiliária, ausência crescente de espaços de culto na natureza, ameaças ao espólio material religioso nos casos de falecimento das lideranças sacerdotais e o recrudescimento da intolerância e racismo religiosos.

Uma das estratégias de luta dos terreiros tem sido a inclusão de seus valores civilizatórios entre os bens listados pelos órgãos de patrimonialização do estado que, devido a um viés eurocêntrico, tendem a não os contemplar. De fato, o primeiro tombamento de um terreiro paulista





*Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Cultura publicam*

# TERREIROS TOMBADOS EM SÃO PAULO

Laudos e reflexões sobre a  
patrimonialização de bens afro-brasileiros

Vagner Gonçalves da Silva



Copyright © 2021 by Vagner Gonçalves da Silva

Capa, projeto gráfico e diagramação: Estúdio Asterisco  
Imagens da capa: Luiz Paulo Lima  
Ilustrações: José Pedro da Silva Neto Inatobi  
Plantas dos terreiros: Vagner Gonçalves da Silva e Bruna Amaro  
Artista criadora do piso paulista: Mirthes Bernardes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Silva, Vagner Gonçalves da

Terreiros Tombados em São Paulo: Laudos e Reflexões sobre a Patrimonialização de Bens Afro-brasileiros / Vagner Gonçalves da Silva; ilustrações José Pedro da Silva Neto. – 1. ed. – São Paulo: Leonardo Miyahara, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-00-16860-0

1. Arquitetura 2. Candomblés 3. Cultura africana 4. Memória cultural 5. Patrimônio cultural 6. Patrimônio histórico 7. Religiões afro-brasileiras 8. Umbanda I. Silva, Vagner Gonçalves da. II. Título.

21-55814

CDD-306.60981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Religiões afro-brasileiras: Cultura: Sociologia 306.60981

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129



Pote com água localizado na porta dos terreiros. O ritual prescreve que, ao entrar, as pessoas se sirvam com as mãos de um pouco dessa água e a lancem sobre a terra para saudar o encontro de homens, deuses e ancestrais naquele espaço. Laroyê!

Crédito: Paula Montes, Ilê Afro-brasileiro Odé Lorecy (2011).

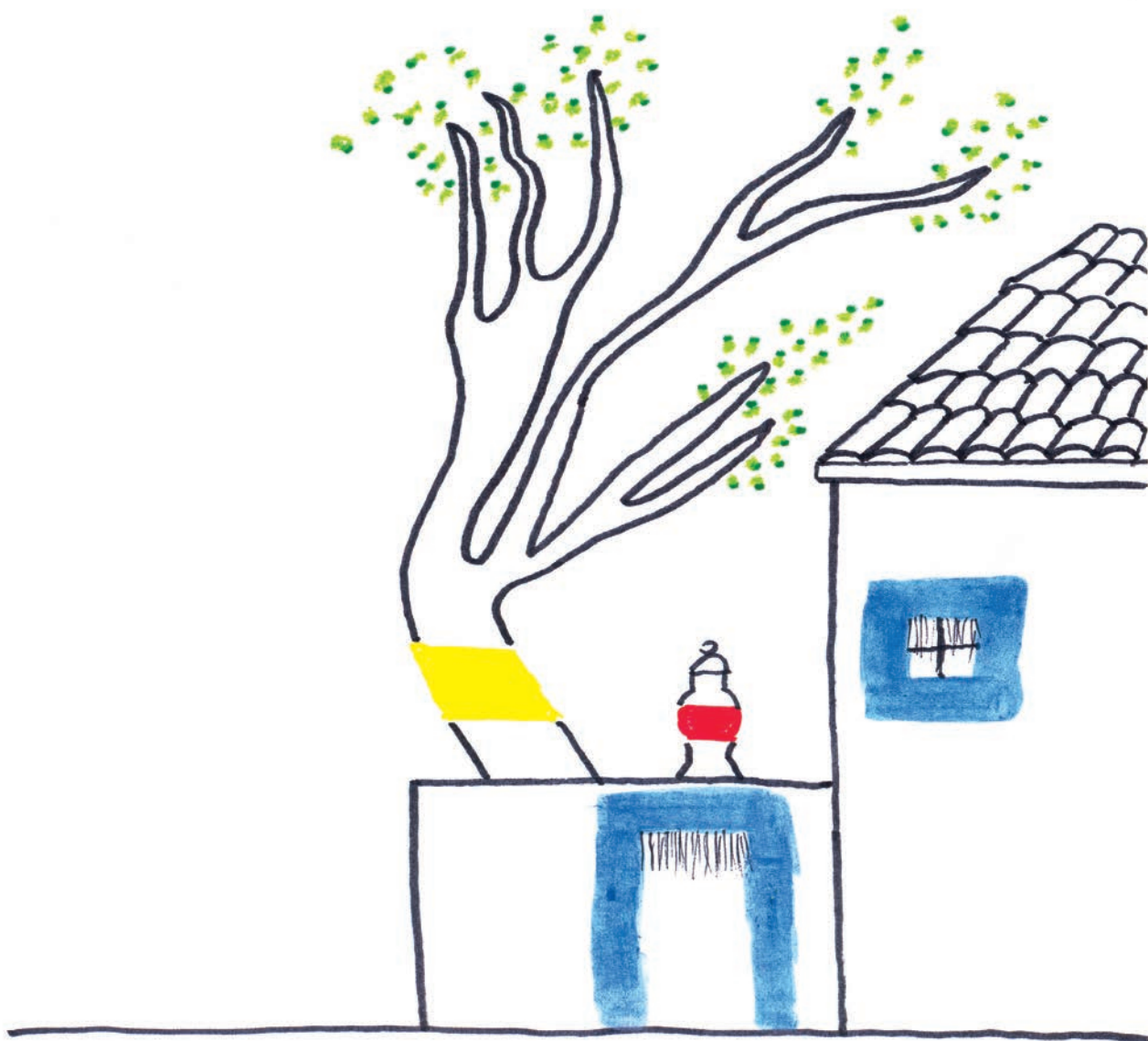
# SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO  | 8          |
| <b>1. O CAMPO RELIGIOSO AFRO-BRASILEIRO EM SÃO PAULO</b>                        | <b>14</b>  |
| Introdução  | 15         |
| Formação do candomblé paulista  | 15         |
| Constituição das famílias de santo: nações e linhagens                          | 18         |
| Representação e conjugação das tradições religiosas                             | 29         |
| <b>2. AXÉ ILÊ OBÁ</b>   | <b>42</b>  |
| Introdução  | 43         |
| Axé Ilê Obá – Um terreiro sob a proteção do estado                              | 43         |
| Anexo 2.1 – Planta do terreiro  | 56         |
| Anexo 2.2 – Estudo de tombamento do terreiro                                    |            |
| Axé Ilê Obá   | 58         |
| Anexo 2.3 – Parecer do Centro de Estudos da Religião Douglas Teixeira Monteiro  | 66         |
| <b>3. TERREIRO DE CANDOMBLÉ SANTA BÁRBARA</b>                                   | <b>70</b>  |
| Introdução  | 71         |
| O candomblé paulista e a constituição das famílias de santo, nações e linhagens | 75         |
| Breve história do terreiro de Santa Bárbara                                     | 75         |
| O terreiro e sua cosmovisão espacial e religiosa                                | 80         |
| Práticas religiosas   | 90         |
| Conclusão   | 93         |
| Anexo 3.1 – Solicitação de registro de bem imaterial                            | 95         |
| <b>4. CASA DE CULTO DAMBALA KUERE-RHO BESSEIN</b>                               | <b>106</b> |
| Introdução  | 107        |
| Trajetória do fundador  | 109        |
| Organização espacial  | 110        |
| Práticas religiosas   | 119        |
| Conclusão   | 122        |

|  |            |   |            |
|--|------------|---|------------|
| <b>5. ILÊ ALAKETU AŞÉ AYRÁ (AXÉ BATISTINI)</b>   | <b>126</b> |   |            |
| O processo de tombamento   | 127        |   |            |
| Trajetória do fundador   | 130        |   |            |
| Espaço sagrado   | 135        |   |            |
| Calendário litúrgico   | 141        |   |            |
| Quadro hierárquico   | 142        |   |            |
| Conclusão: a aprovação do tombamento   | 142        |   |            |
| Anexo 5.1 – Fichas do Inventário do Ilê Alaketu  |            |   |            |
| Aşé Ayrá   | 144        |   |            |
| <br>   |            |   |            |
| <b>6. ILÊ OLÁ OMI AŞÉ OPÔ ARÀKÀ (AXÉ ALVARENGA)</b>  | <b>152</b> |   |            |
| Informações preliminares   | 153        |   |            |
| Ilê Olá Omi Aşé Opô Aràkà – Entre a água e o arco-íris                                     | 155        |   |            |
| Anexo 6.1 – Folhas sagradas  | 180        |   |            |
| <br>   |            |   |            |
| <b>7. ILÊ AFRO-BRASILEIRO ODÉ LORECY</b>   | <b>190</b> |   |            |
| Informações preliminares   | 191        |   |            |
| Introdução   | 191        |   |            |
| A organização socioespacial dos deuses, homens e ancestrais                                | 192        |   |            |
| No tempo do sagrado. As práticas religiosas  | 202        |   |            |
| Os agentes do sagrado. Perfil da comunidade  | 212        |   |            |
| Conclusão  | 213        |   |            |
| <br>   |            |   |            |
| <b>8. SANTUÁRIO NACIONAL DA UMBANDA</b>  | <b>218</b> |   |            |
| Informações preliminares   | 219        |   |            |
| Introdução   | 219        |   |            |
| A formação da umbanda  | 220        |   |            |
| A fundação do Santuário  | 222        |   |            |
| Infraestrutura   | 224        |   |            |
| Cosmologia e topografia sagrada  | 224        |   |            |
| Ritos e celebrações  | 231        |   |            |
| Um bosque “duplamente sagrado” na cidade   | 232        |   |            |
| Repercussões do Santuário  | 233        |   |            |
| Conclusão  | 234        |   |            |
| <br>   |            |   |            |
|  |            | Anexo 8.1 – Roteiro de Entrevista (com os religiosos frequentadores do Santuário) | 236        |
| <br>   |            |   |            |
| <b>9. OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO NO CONDEPHAAT: ENCAMINHAMENTOS E RESOLUÇÕES</b>           | <b>242</b> |   |            |
| Introdução   | 243        |   |            |
| Patrimônio negro e invisível   | 243        |   |            |
| Tombamento e registro imaterial em São Paulo e Territórios Tradicionais de Matriz Africana | 246        |   |            |
| Tombados em São Paulo  | 248        |   |            |
| Conclusão  | 264        |   |            |
| Anexo 9.1 – Resoluções de tombamento   | 265        |   |            |
| Anexo 9.2 – Bens afro-brasileiros patrimonializados no estado de São Paulo                 | 278        |   |            |
| Anexo 9.3 – Bens afro-brasileiros e terreiros patrimonializados no Brasil                  | 280        |   |            |
| Anexo 9.4 – Eventos e marcos legais relativos às populações afro-brasileiras               | 283        |   |            |
| <br>   |            |   |            |
|  |            | <b>CONCLUSÃO</b>  |            |
|  |            | <b>A ARQUITETURA VIVA DO MUNDO: O TERREIRO COMO EPICENTRO</b>                     | <b>288</b> |
| <br>   |            |   |            |
|  |            | <b>BIBLIOGRAFIA</b>   | <b>294</b> |



# INTRODUÇÃO



Apesar da grande presença e importância das populações negras na formação da cultura brasileira e na constituição das bases materiais da economia nacional, os seus legados somente em época recente têm sido objeto de reconhecimento e salvaguarda por parte dos órgãos públicos de patrimonialização, os quais durante muito tempo estiveram comprometidos em reforçar uma visão eurocentrada da história oficial do Brasil promulgada pelo Estado e suas elites.

Os poucos e esporádicos casos de reconhecimento no passado oscilavam entre a repressão e a exaltação dos bens afro-brasileiros. Dois casos são exemplares. Em 1938, a Missão de Pesquisas Folclóricas, organizada por Mário de Andrade para registrar as diversas manifestações culturais brasileiras (em geral produzidas pelas populações afro-brasileiras), em muitas cidades visitadas tinha de pedir permissão à polícia local para fazer o registro, uma vez que tais manifestações eram reprimidas e criminalizadas pelo código penal. Também o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), recém-criado nessa mesma época com a ajuda de Mário de Andrade, tombou como patrimônio nacional uma coleção de peças rituais das religiões afro-brasileiras apreendidas pela polícia durante suas batidas aos terreiros. Esse acervo, conhecido como “coleção magia negra”, foi destinado à “seção de tóxicos, entorpecentes e mistificações” do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ou seja, ao mesmo tempo em que se reconhecia a necessidade de registrar e salvaguardar manifestações de religiosidades afro-brasileiras e suas peças litúrgicas, esses bens eram alvos de repressão ou tidos como “provas de crime” pelo Estado<sup>1</sup>.

Com o advento da Nova República e da promulgação de uma constituição mais democrática, a partir de

1988, e por força das reivindicações dos movimentos sociais negros, os bens culturais afro-brasileiros passaram a receber alguma atenção nas políticas públicas de patrimonialização. Assim, ainda que discriminados, os espaços, ofícios, saberes e fazeres das comunidades tradicionais de matriz africana (tais como festas, danças, musicalidades, jogos, culinária, tradições, entre outros) passaram a ser cada vez mais reconhecidos pelo Estado como bens culturais materiais e imateriais que se preservaram ao longo de séculos de luta e resistência contra o preconceito e o racismo institucionalizado que insiste em invisibilizá-los e/ou inviabilizá-los.

Em São Paulo, esse reconhecimento é particularmente ausente, considerando que o estado possui a maior população negra e parda do país em números absolutos. Ainda assim, são poucos os bens afro-brasileiros patrimonializados, sobretudo se compararmos com outros estados, como a Bahia.

No tocante às comunidades religiosas afro-brasileiras, o primeiro tombamento de um terreiro paulista ocorreu no âmbito estadual em 1990. Somente depois de quase trinta anos, em 2019, outros seis territórios tradicionais de religiões de origem africana foram tombados em bloco pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão pertencente à atual Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Como adepto religioso e antropólogo dedicado ao conhecimento da cultura afro-brasileira, fui acionado pelas lideranças para participar desses processos com a finalidade de mediar e organizar os conhecimentos produzidos pelas comunidades em termos de estudos e laudos (pareceres) etnográfico-antropológicos e justificativas que pudessem validar, tanto do ponto de vista das comunidades como do Estado, esses processos de tombamento. Porém, mais do que “peças” de um processo burocrático oficial, esses laudos buscaram refletir a história de luta dessas comunidades para levar adiante va-

1. Somente em 2020 esse acervo de peças consagradas foi finalmente transferido, por pressão dos religiosos afro-brasileiros, do Museu da Polícia Civil para o Museu da República no Rio de Janeiro.

lores e visões de mundo preservadas por séculos com ou sem a ajuda do Estado. Nesse sentido, esta obra tem por objetivo apresentar as narrativas sociais presentes nesses laudos e as ações e discussões realizadas num foro coletivo, o grupo de trabalho “Territórios tradicionais de matriz africana tombados”, formado em 2018 por agentes da sociedade civil (religiosos e acadêmicos) e representantes (técnicos) dos órgãos de patrimonialização estadual e federal, para encaminhar decisões consensuais entre os vários interessados pelo tombamento. Esse tipo de participação coletiva para troca de informações e tomadas de decisão sobre as propostas de encaminhamento dos processos foi uma experiência inédita e bastante produtiva no campo da patrimonialização, que julgamos oportuno registrar também por meio dessa publicação.

O livro está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, *O campo religioso afro-brasileiro em São Paulo*, enfoca-se o processo de formação dessas religiosidades enfatizando seus dois modelos rituais mais conhecidos, o candomblé e a umbanda, e os trânsitos e diálogos entre esses modelos.

Nos sete capítulos seguintes, são apresentados os laudos etnográfico-antropológicos que subsidiaram os processos de tombamentos das comunidades paulistas nelas retratadas, a saber:

- *Axé Ilê Obá*, terreiro da nação (tradição) queto fundado por Pai Caio e localizado no bairro do Jabaquara, na capital paulista, o primeiro a ser tombado em 1990 pelo Condephaat.
- *Terreiro de Candomblé Santa Bárbara*, comunidade de nação angola, localizada na Vila Brasilândia, na zona norte da capital paulista, fundada por Mãe Manaundê nos anos de 1960.
- *Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein*, terreiro pioneiro da nação jeje-mahim fundado por Mejitó Dancy e localizado em Santo André, no ABC Paulista, tombado pelo órgão de patrimônio municipal em 2007 e pelo estadual em 2019.
- *Ilê Alaketu Aşé Ayrá (Axé Batistini)*, terreiro de nação queto fundado por Pai Pérsio de Xangô e tombado inicialmente pelo órgão municipal de São Bernardo do Campo em 2014 e pelo Condephaat em 2019.

- *Ilê Olá Omi Aşé Opô Aràkà (Axé Alvarenga)*, comunidade localizada em São Bernardo do Campo e fundada por Mãe Carmen e seus filhos, Pai Karlito e Pai Claudio, da tradição queto, tombado pelo órgão municipal em 2017 e pelo estadual em 2019.
- *Ilê Afro-brasileiro Odé Lorecy*, terreiro fundado por Baba Leo (Ogundare), localizado em Embu das Artes, na região metropolitana paulista, da tradição queto reafricanizada.
- *Santuário Nacional da Umbanda*, espaço localizado em uma área de 645 mil metros quadrados na Reserva Ecológica da Serra do Mar, no município de Santo André, idealizado por Pai Ronaldo e dedicado sobretudo à prática da umbanda.

No capítulo 9, *Os processos de tombamento no Condephaat. Encaminhamentos e resoluções*, escrito em parceria com José Pedro da Silva Neto, abordamos a tramitação dos processos de tombamento dos terreiros paulistas no Condephaat, incluindo os debates ocorridos do âmbito do grupo de trabalho “Territórios tradicionais de matriz africana tombados em São Paulo”.

Por último, na conclusão, *A arquitetura viva do mundo – o terreiro como epicentro*, são apresentadas algumas reflexões finais sobre os desafios da conceituação de patrimônio em geral e de “patrimônio afro-brasileiro” em particular, e sobre a importância dos terreiros na formação da cultura nacional e para a construção de uma pauta positiva para pensar as heranças negro-africanas como elementos civilizatórios cujo reconhecimento e salvaguarda fazem parte das estratégias de combate ao racismo, à violência e à intolerância contra as populações negras no Brasil.

Na introdução de cada capítulo referente aos laudos, há uma abordagem do contexto de sua produção e a metodologia utilizada<sup>2</sup>. Por ora, basta dizer que to-

2. Para esta edição, os capítulos foram organizados segundo a ordem cronológica de tombamento nos âmbitos municipal e estadual. As introduções feitas à época da produção dos laudos foram revistas e atualizadas nesta publicação para incluir *a posteriori* o próprio contexto da produção do laudo, assim como indicar outras modificações necessárias, como a supressão do conjunto de fotografias presente no laudo original. Entretanto, em alguns capítulos, optei por indicar esses aspectos no prefácio, preservando a introdução com poucas alterações. Como algumas contex-

dos se basearam em entrevistas com membros da comunidade, acompanhamento das práticas, medição dos espaços físicos de cultos e elaboração de planta baixa, consulta a arquivos pessoais e públicos referentes a essas comunidades e registro audiovisual.

A maioria dos laudos foi organizada pelo autor desta publicação, auxiliado por bolsistas de iniciação científica da Universidade de São Paulo, em parceria com as comunidades envolvidas. Utilizou-se uma metodologia antropológica que considerou aspectos históricos e culturais da formação dessas comunidades, como memória e historicidade, a inserção do terreiro na cidade, organização socioespacial associada à arquitetura sagrada dos templos e altares, práticas religiosas, estrutura dos rituais e festivais públicos, formas de acolhimento, perfil da comunidade, quando possível, e ensaio histórico-fotográfico<sup>3</sup>.

A elaboração dos laudos, o encaminhamento e a discussão dos processos e a homologação final de tombamento resultaram de um esforço coletivo de lideranças, religiosos, pesquisadores, técnicos, conselheiros, secretários de cultura, prefeitos, políticos, entre outros participantes. Gostaria de agradecer a essas pessoas citadas neste trabalho e aos órgãos públicos que algumas delas representam: Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) e Conselho de Defesa do Patrimônio

Histórico, Artístico, Arquitetônico(Condephaat) do Estado de São Paulo, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo (Compahc), Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (Condephaasa) e a superintendência regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em São Paulo. E também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelas bolsas de iniciação científica e produtividade em pesquisa, respectivamente, que possibilitaram a realização das pesquisas junto às comunidades, e à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, que por meio do edital Proac n. 22/2019 permitiu a publicação deste livro.

Por fim, dedicamos este trabalho ao povo de axé de São Paulo que, por sua existência e persistência, possibilitou que os terreiros ou territórios tradicionais de origem negro-africana se instalassem nesse estado como marcos na luta contra as condições metropolitanas antagonicas ao desenvolvimento de uma religiosidade de culto à natureza e, sobretudo, contra o preconceito, a intolerância e o racismo que insistem em antagonizar e invisibilizar essas populações e sua produção cultural.

---

tualizações são imprescindíveis, eventualmente, um mesmo assunto ou explicação surgirá em diferentes laudos.

3. Todos os laudos foram produzidos sem custos ou qualquer tipo de ônus para as comunidades. Entendemos que essa foi uma forma de somar esforços na luta dessas comunidades pelo direito à cidadania cultural e social e pela superação do racismo sistêmico.